

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

» Capítulo 1

TRIBUTO E ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS

1. TRIBUTO E ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO	29
2. TRIBUTAÇÃO, DIREITO TRIBUTÁRIO E TRIBUTO	30
2.1. Tributo como sanção de ato ilícito vs. função extrafiscal com eficácia sancionatória	33
3. ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS	34
3.1. Natureza jurídica específica dos tributos	39
3.2. Impostos	41
3.2.1. Criação dos impostos	44
3.2.2. Impostos e capacidade contributiva	46
3.3. Taxas	48
3.3.1. Taxa de polícia	50
3.3.2. Taxa de serviço	51
3.3.3. A base de cálculo das taxas	55
3.3.4. Diferença entre taxas e preços públicos	60
3.4. Contribuição de melhoria	63
3.4.1. Requisito mínimos para cobrança da contribuição de melhoria ...	65
3.4.2. Base de cálculo e limites total e individual da cobrança	67
3.5. Empréstimos compulsórios	68
3.6. Contribuições especiais	70
3.6.1. Afetação a finalidades constitucionais e destinação do produto da arrecadação	71
3.6.2. A questão da referibilidade das contribuições especiais	74

3.6.3.	Imunidades e bases econômicas	76
3.6.4.	Contribuições sociais	77
3.6.4.1.	Contribuições de seguridade social	78
3.6.4.2.	Contribuições sociais gerais	81
3.6.4.3.	Outras contribuições	83
3.6.5.	Contribuições para os serviços sociais autônomos (sistema “S”): controvérsia sobre sua natureza jurídica	83
3.6.6.	Contribuições de intervenção no domínio econômico	85
3.6.7.	Contribuições de interesse das categorias profissionais ou eco- nômicas,	88
3.6.8.	Contribuição sindical	91
3.6.9.	Contribuição de iluminação pública e monitoramento de logra- dours públicos - COSIMP	92
3.6.10.	Contribuição sobre produtos primários e semielaborados	94
4.	CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUTOS	97
4.1.	Quanto à atribuição de competência	97
4.2.	Quanto ao exercício da competência	98
4.3.	Quanto à finalidade	98
4.4.	Quanto à vinculada da hipótese de incidência à uma atividade estatal relacionada ao contribuinte	99
4.5.	Quanto ao destino da arrecadação	99
4.6.	Quanto à repercussão do encargo econômico do tributo	99
4.7.	Quanto aos aspectos objetivos e subjetivos	100

» Capítulo 2

PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS E LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR

1.	NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	101
1.1.	As garantias como rol não exaustivo	103
1.2.	As garantias como cláusulas pétreas	104
2.	PRINCÍPIO DA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA	105
2.1.	Fundamento histórico e político do princípio da legalidade tributária ..	105
2.2.	Princípio da legalidade no ordenamento jurídico brasileiro	106
2.3.	Exceções ao princípio da legalidade	108

2.3.1.	Exceção a legalidade previstas pela EC nº 132/2023 na revisão anual dos créditos presumidos concedidos ao adquirente de bens e serviços do pequeno produtor rural, “caminhoneiro” e “catadores de materiais recicláveis”	110
2.4.	Medidas provisórias, leis delegadas e iniciativa legislativa	113
2.5.	Tipicidade “fechada” e conceitos jurídicos indeterminados	115
2.6.	Legalidade e decretos regulamentares	116
3.	PRINCÍPIO DA ISONOMIA	120
3.1.	Jurisprudência sobre princípio da isonomia	121
3.2.	Tutela jurisdicional adequada para correção de situações que violam o princípio da isonomia	125
3.3.	Princípio da capacidade contributiva	127
3.3.1.	O que significa “sempre que possível”?	127
3.3.2.	Graduação do valor das taxas conforme a capacidade contributiva	129
3.3.3.	Progressividade nos impostos reais	131
3.3.4.	Capacidade contributiva na tributação sobre o consumo através da seletividade e do cashback	133
3.3.5.	Identificação dos rendimentos, patrimônio e atividades do contribuinte e o sigilo bancário	134
4.	PRINCÍPIOS DA SIMPLICIDADE, TRANSPARÊNCIA, JUSTIÇA TRIBUTÁRIA, COOPERAÇÃO E DEFESA DO MEIO AMBIENTE	135
5.	PRINCÍPIO DA ATENUAÇÃO DOS EFEITOS REGRESSIVOS	139
6.	PRINCÍPIO DA NÃO SURPRESA	139
6.1.	Regra da irretroatividade	141
6.1.1.	Irretroatividade e os fatos geradores “pendentes”	142
6.2.	Regras das anterioridades	145
6.2.1.	Exceções às anterioridades	146
6.2.1.1.	Regras de anterioridade aplicáveis ao IBS/CBS	150
6.2.1.2.	Resumo das exceções às anterioridades	152
6.2.2.	Anterioridade na revogação de benefícios fiscais	153
6.2.3.	Anterioridade e medidas provisórias	153
7.	PRINCÍPIO DO NÃO CONFISCO	155
7.1.	Princípio do não confisco e multas tributárias	157
8.	PRINCÍPIO DO LIBERDADE DE TRÁFEGO	160

9.	VEDAÇÕES ESPECÍFICAS À UNIÃO	161
9.1.	Uniformidade geográfica	162
9.2.	Proibição da tributação diferenciada da renda relativa às obrigações das dívidas públicas ou remuneração dos servidores	162
9.3.	Vedação à isenção heterônoma	163
9.3.1.	Exceções à proibição de isenções heterônomas	164
9.3.2.	Isenções concedidas por tratados internacionais	166
10.	NÃO DISCRIMINAÇÃO BASEADA EM PROCEDÊNCIA OU DESTINO	167
11.	PRINCÍPIO DA PRATICABILIDADE	168
12.	PRINCÍPIO DA NEUTRALIDADE E LIVRE CONCORRÊNCIA	169
12.1.	O art. 146-A, CF/88: critérios especiais para prevenir desequilíbrios da concorrência	173

» Capítulo 3

IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS

1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	175
2.	ABRANGÊNCIA DAS IMUNIDADES	176
3.	DIFERENÇA ENTRE NÃO INCIDÊNCIA, IMUNIDADE, ISENÇÃO, ALÍQUOTA ZERO E REMISSÃO	177
4.	CLASSIFICAÇÃO	180
5.	IMUNIDADES SUBJETIVAS NOS TRIBUTOS INDIRETOS. CONTRIBUINTE DE FATO OU CONTRIBUINTE DE DIREITO	181
6.	LEI REGULAMENTADORA DA IMUNIDADE	183
6.1.	Normas imunizantes são eficácia plena, contida ou limitada?	183
6.2.	Regulamentação por lei complementar ou lei ordinária?	184
7.	IMUNIDADES EM ESPÉCIE	186
7.1.	Imunidade recíproca	187
7.1.1.	Extensão da imunidade recíproca às empresas públicas e sociedades de economia mista	189
7.1.2.	Imunidade tributária da empresa de correios e telégrafos	192
7.1.3.	Imunidade recíproca e contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário	193
7.1.4.	Imunidade recíproca e o promitente comprador	194

7.1.5. Imunidade recíproca nos casos de arrendamento, cessão de uso ou locação de bem público	194
7.1.6. Forma de implementação da imunidade recíproca em relação ao IBS/CBS e o Imposto de Importação quando a Administração Pública for contratante (Ec nº 132/2023)	196
7.1.7. Imunidade da OAB	198
7.1.8. Imunidade de Estados estrangeiros	199
7.1.9. Casuística	199
7.2. Imunidade religiosa	199
7.2.1. Imunidade das organizações assistenciais e beneficentes pertencentes às entidades religiosas	202
7.3. Imunidade dos partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades educacionais ou assistenciais sem fins lucrativos	204
7.3.1. Requisitos legais para reconhecimento da imunidade	207
7.3.2. Imunidade em relação às contribuições de seguridade social	210
7.3.3. Entidades fechadas de previdência social	212
7.4. Imunidade cultural	213
7.4.1. Papel destinado a impressão de livros, jornais e periódicos	215
7.5. Imunidade fonográfica e videofonográfica nacional (imunidade musical)	216
7.6. Quadro geral das imunidades	217

» Capítulo 4

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	221
2. CARACTERÍSTICAS DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	223
2.1. Privatividade (exclusividade)	223
2.2. Irrenunciabilidade, incaducabilidade e indelegabilidade	224
2.3. Facultatividade de exercício	224
2.4. Inalterabilidade	225
3. INDELEGABILIDADE DA COMPETÊNCIA VS DELEGABILIDADE DA CAPACIDADE TRIBUTÁRIA ATIVA	226
3.1. Delegabilidade da capacidade tributária ativa a pessoas de direito público vs. cometimento da função de arrecadar tributos a pessoas de direito privado	229

4.	REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS TRIBUTÁRIAS	230
4.1.	Competência privativa	230
4.2.	Competência compartilhada	231
4.3.	Competência comum	232
4.4.	Competência cumulativa	232
5.	BITRIBUTAÇÃO OU <i>BIS IN IDEM</i>	232
6.	COMPETÊNCIA E LEI COMPLEMENTAR DE NORMAS GERAIS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	234
6.1.	O Código Tributário Nacional como norma geral em matéria tributária	237
7.	OUTRAS FUNÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	238
7.1.	Conflitos de competência em matéria tributária	238
7.2.	Regular as limitações constitucionais ao poder de tributar	239
7.3.	Instituir alguns tributos	239
7.4.	Disciplinar o Comitê Gestor e o processo administrativo fiscal do IBS ...	240
7.5.	Outras funções	240

» Capítulo 5

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	241
2.	ATOS NORMATIVOS PRIMÁRIOS E SECUNDÁRIOS	241
2.1.	Atos normativos primários	242
2.1.1.	Resoluções do Senado Federal	242
2.1.2.	Tratados internacionais	243
2.2.	Decretos	245
2.3.	Normas complementares	246
3.	VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	248
4.	APLICAÇÃO, INTEGRAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	250
4.1.	Aplicação da legislação tributária	250
4.1.1.	Lei interpretativa	251
4.1.1.1.	Leis interpretativas e o caso da LC nº 118/05: posição do STF e STJ	252
4.1.2.	Retroatividade benigna em matéria de infrações e penalidades	256
4.2.	Integração da legislação tributária	257

4.3. Interpretação da legislação tributária	260
4.3.1. Interpretação literal	260
4.3.2. Interpretação econômica no Direito Tributário	263
4.3.3. Interpretação benigna em matéria de infrações	264
4.3.4. O papel dos institutos, conceitos e formas de direito privado no âmbito do Direito Tributário	264

» Capítulo 6

OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA PRINCIPAL E ACESSÓRIA	271
2. FATO GERADOR	272
2.1. Fato gerador da obrigação principal	273
2.2. Momento da ocorrência do fato gerador	275
3. SUJEITO ATIVO	277
4. SUJEITO PASSIVO	278
4.1. Inoponibilidade das convenções particulares à Fazenda Pública	280
4.2. Capacidade tributária passiva	281
4.3. Solidariedade	282
4.3.1. Solidariedade de fato e o “interesse comum” como conceito jurídico indeterminado	283
4.3.1.1. Responsabilidade solidária dos grupos econômicos de fato fraudulentos	285
4.3.2. Solidariedade de direito (legal)	290
4.3.3. Efeitos da solidariedade	290
4.4. Domicílio Tributário	291

» Capítulo 7

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	293
2. REQUISITOS PARA A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	294
3. MODALIDADES DE RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	298
3.1. Substituição tributária concomitante (simultânea)	299
3.2. Substituição tributária para trás (regressiva)	299
3.3. Substituição tributária para frente (progressiva)	300

4.	RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES	303
4.1.	Responsabilidade dos adquirentes de imóveis	303
4.2.	Responsabilidade do adquirente ou remitente de bens móveis	306
4.3.	Responsabilidade na sucessão <i>causa mortis</i>	307
4.4.	Responsabilidade na sucessão empresarial	310
4.4.1.	Responsabilidade tributária na fusão, incorporação, transformação, cisão e extinção da pessoa jurídica	311
4.4.2.	Responsabilidade no caso de extinção de pessoas jurídicas quando a atividade seja continuada por quaisquer sócios	312
4.4.3.	Responsabilidade do adquirente do fundo de comércio ou estabelecimento	313
5.	RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS	315
5.1.	Responsabilidade prevista pelo art. 134 do CTN	316
5.2.	Responsabilidade prevista pelo art. 135 do CTN	318
5.3.	Responsabilidade dos sócios e administradores pelos débitos tributários da pessoa jurídica	321
5.3.1.	Responsabilidade decorrente do Direito Civil e Empresarial	321
5.3.2.	Responsabilidade tributária na liquidação da sociedade de pessoas	324
5.3.3.	Responsabilidade no caso de excesso de poderes, infração à lei, contrato social ou estatuto	327
5.3.4.	Responsabilidade tributária no caso de baixa simplificada: LC nº 147/14	328
5.3.5.	Responsabilidade dos sócios ou administradores no caso de falência da pessoa jurídica	332

» Capítulo 8

INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

1.	NOÇÕES GERAIS	335
2.	RESTRICÇÕES DE DIREITOS, SANÇÕES POLÍTICAS E FORMAS INDIRETAS DE COBRANÇA DE TRIBUTOS	335
2.1.	A situação do devedor contumaz	338
3.	RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	338
3.1.	Natureza da responsabilidade: objetiva, subjetiva ou culpa presumida?	338

3.2. Responsabilidade pessoal do agente	341
4. DENÚNCIA ESPONTÂNEA	342

» Capítulo 9

CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1. CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO	345
1.1. Competência para o lançamento	347
1.2. Lançamento como atividade vinculada	348
1.3. Legislação material e formal aplicável ao procedimento de lançamento	348
2. ALTERAÇÃO DO LANÇAMENTO REGULARMENTE NOTIFICADO	350
2.1. Garantia contra mudança do critério jurídico – art. 100 parágrafo único vs. 146, CTN	354
3. MODALIDADES DE LANÇAMENTO	358
3.1. Lançamento por declaração	359
3.2. Lançamento por homologação	360
3.3. Lançamento por arbitramento	361

» Capítulo 10

SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	365
2. MORATÓRIA E PARCELAMENTO	368
2.1. Moratória	368
2.2. Moratória parcelada e parcelamento	370
2.3. Créditos abrangidos pela moratória	371
2.4. Anulação da moratória e direito adquirido	371
2.5. Consequências da anulação e a prescrição/decadência contra a Fazenda Pública	373
2.6. Parcelamento	374
3. DEPÓSITO DO MONTANTE INTEGRAL	377
4. RECLAMAÇÕES E RECURSOS NOS TERMOS DA LEIS REGULARIZADORAS DO PROCESSO TRIBUTÁRIO ADMINISTRATIVO	379
5. CONCESSÃO DE LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA	380
6. LIMINAR OU TUTELA ANTECIPADA, EM OUTRAS ESPÉCIES DE AÇÃO JUDICIAL	380

» **Capítulo 11****EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	381
2. PAGAMENTO	382
2.1. A mora no Direito Tributário	382
2.2. Imputação do pagamento	384
2.3. Consignação em pagamento	385
3. PAGAMENTO INDEVIDO E REPETIÇÃO DO INDÉBITO	386
3.1. Restituição de tributo indireto	388
3.2. Juros e correção monetária na repetição do indébito	390
3.3. Necessidade de prévio pedido administrativo e o interesse de agir na ação de repetição de indébito	393
3.4. Prazo para repetição do indébito tributário	394
3.4.1. Natureza jurídica do prazo para repetição do indébito	395
3.4.2. A tese dos 5 + 5 e o prazo para restituição nos tributos sujeitos ao lançamento por homologação	396
3.4.3. Prazo de repetição para tributo descontado na fonte	398
3.4.4. Interrupção pelo pedido administrativo de restituição ou pela declaração de compensação	398
3.4.5. Prazo prescricional em face de decisão administrativa que denega a restituição (art. 169, CTN)	399
3.4.6. Mandado de segurança e repetição de indébito	402
4. COMPENSAÇÃO	405
4.1. Utilização de precatório para quitação de tributos: próprios e de tercei- ros	408
4.2. Inconstitucionalidade da compensação compulsória de precatórias com débitos inscritos em Dívida Ativa	410
4.3. Mandado de segurança e compensação	410
4.4. Tutelas provisórias e liminares	414
4.5. Execução fiscal e embargos do devedor	415
5. TRANSAÇÃO	416
5.1. Especificidades da transação tributária federal	416
5.2. Uso de precatório na transação: próprio e de terceiro	419
6. REMISSÃO	420

7.	DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO	421
7.1.	Decadência	423
7.2.	Prescrição	427
7.2.1.	Causas interruptivas e suspensivas da prescrição	429
7.2.2.	Prescrição intercorrente	432
7.2.3.	Prescrição intercorrente no processo administrativo fiscal	436
7.2.4.	Reconhecimento de ofício da prescrição e prévia oitiva da Fazenda Pública	437
7.2.5.	Prescrição para o redirecionamento da execução fiscal contra os sócios da pessoa jurídica	437
7.2.6.	Prescrição para a responsabilização de grupo econômico	439
8.	CONVERSÃO DO DEPÓSITO EM RENDA	440
9.	PAGAMENTO ANTECIPADO E A HOMOLOGAÇÃO DO LANÇAMENTO	440
10.	CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO JULGADA PROCEDENTE	440
11.	DECISÃO ADMINISTRATIVA IRREFORMÁVEL	441
12.	DECISÃO JUDICIAL PASSADA EM JULGADO	443
13.	DAÇÃO EM PAGAMENTO DE BENS IMÓVEIS	443

» Capítulo 12

EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	445
2.	ISENÇÃO	447
2.1.	O que é uma lei específica para fins de concessão de isenções?	449
2.2.	Concessão de isenção de ICMS e o papel do CONFAZ	450
2.3.	Diferença entre isenção e imunidade	451
2.4.	Revogação de isenções	452
3.	ANISTIA	455

» Capítulo 13

GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1.	GARANTIAS E PREFERÊNCIAS COMO ROL NÃO EXAUSTIVO	457
2.	RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	457
3.	FRAUDE NA ALIENAÇÃO OU ONERAÇÃO DE BENS	462

3.1. Fraude em alienações sucessivas	464
3.2. Fraude na alienação de bens do sócio quando a pessoa jurídica já se encontra inscrita em Dívida Ativa	464
4. INDISPONIBILIDADE DOS BENS	466
5. EXIGÊNCIA DE PROVA DE QUITAÇÃO DE TRIBUTOS – GARANTIAS INDIRETAS ..	467
6. PREFERÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	470
6.1. Falência	471
6.2. A execução fiscal, a habilitação do crédito e o processo falimentar	473
6.3. Inventário e arrolamento	475
6.4. Liquidação judicial ou voluntária	475
6.5. Recuperação judicial	475
6.6. Concurso de preferências entre pessoas jurídicas de direito público	476

» Capítulo 14

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E A FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS	479
2. FISCALIZAÇÃO	480
2.1. Poderes das autoridades fiscais	480
2.2. Deveres das autoridades fiscais	484
2.2.1. Transferência de sigilo	485
2.2.2. Divulgação das informações: ausência de sigilo	486
2.2.3. Cooperação e permuta de informações entre Fazendas Públicas	487
3. DÍVIDA ATIVA	488
3.1. Vícios e nulidades da CDA: limites à possibilidade de sua correção pela Fazenda Pública	491
4. CERTIDÕES NEGATIVAS	497

» Capítulo 15

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E NORMAL GERAL ANTIELISIVA

1. PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E SEUS LIMITES	499
2. EVASÃO, ELUSÃO E ELISÃO	501
3. COMBATE AO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO ABUSIVO	504

3.1. BEPS, OCDE e G-20	506
3.2. Norma geral antielisiva no Brasil	507
3.3. ADI nº 2446	509
3.4. Norma geral antielusão brasileira e conceito amplo de simulação: nossa posição	509

» Capítulo 16

REFORMA TRIBUTÁRIA EC Nº 132/2023

1. INTRODUÇÃO	513
2. MOTIVOS E OBJETIVOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA	513
2.1. Modelo anterior e o novo modelo da Reforma Tributária	514
2.2. Motivos	515
2.3. Objetivos	521
3. PERMANÊNCIA DO PASEP	523
4. ZONA FRANCA DE MANAUS E ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO	523
5. BENEFÍCIOS FISCAIS CONCEDIDOS AO SETOR AUTOMOTIVO	526
6. REGRAS DE TRANSIÇÃO	528
6.1. Benefícios fiscais de ICMS durante o período de transição	532
6.2. Saldos credores de ICMS	535
6.3. Transição da tributação na origem para tributação no destino	536

» Capítulo 17

IMPOSTOS FEDERAIS

1. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DA UNIÃO FEDERAL	541
2. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO	542
2.1. Hipótese de incidência	542
2.2. Base de cálculo	543
2.3. Sujeito passivo	544
2.4. Lançamento	545
3. IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO	545
3.1. Hipótese de incidência	546
3.2. Base de cálculo	546
3.3. Sujeito passivo	547

4.	IMPOSTO DE RENDA	547
4.1.	Princípios aplicáveis ao IR	548
4.2.	Hipótese de incidência	549
4.2.1.	Incidência vs. não incidência	549
4.3.	Base de cálculo	553
4.4.	Sujeito passivo	557
5.	IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	557
5.1.	Hipótese de incidência	561
5.2.	Base de cálculo	563
5.3.	Sujeito passivo	563
5.4.	IPI e a Emenda Constitucional nº 132/2023	564
6.	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATIVAS A TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	565
6.1.	Tributação do ouro como ativo financeiro	566
6.2.	Hipótese de incidência	566
6.3.	Base de cálculo	567
7.	IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	568
7.1.	Imunidade das pequenas glebas rurais	571
7.2.	Hipótese de incidência	571
7.3.	Base de cálculo	572
7.4.	Sujeito passivo	573
8.	IMPOSTO SELETIVO	573
8.1.	Disciplina constitucional	575
8.1.1.	Papel da lei complementar	575
8.1.2.	Imunidades	576
8.1.3.	Monofasia	577
8.1.4.	Incidência “por fora”, mas integra a base de cálculo do CBS/IBS, ICMS e ISS	579
8.1.5.	Bitributação e bis in idem	580
8.1.6.	Alíquotas específicas ou ad valorem	581
8.1.6.	Imposto seletivo sobre extração de recursos minerais	581
8.2.	Hipótese de incidência	582
8.3.	Base de cálculo e alíquota	585

8.4. Sujeito passivo	587
8.5. Pena de perdimento	588

» Capítulo 18

IMPOSTOS ESTADUAIS

1. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DOS ESTADOS	589
2. IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO <i>CAUSA MORTIS</i> E DOAÇÃO, DE QUAISQUER BENS OU DIREITOS	591
2.1. Regra de transição (Ec nº 132/2023)	593
2.2. Disciplina constitucional	596
2.3. Hipótese de incidência	597
2.4. Base de cálculo	598
2.5. Sujeito passivo	599
2.6. Questões importantes	600
3. IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - ICMS	601
3.1. Base econômica	602
3.1.1. Operações relativas à circulação de mercadorias	603
3.1.2. Serviços de transporte interestadual e intermunicipal	606
3.1.3. Serviços de comunicação	606
3.1.4. Importação de bem, mercadoria ou serviço	608
3.2. Disciplina constitucional	611
3.2.1. Seletividade	611
3.2.2. Não cumulatividade	612
3.2.3. Papel da lei complementar	614
3.2.4. Papel do Senado Federal	615
3.2.5. Papel do CONFAZ	617
3.2.5.1. Convalidação de incentivos fiscais concedidos com inobservância à exigência de prévio convênio	619
3.2.5.2. Autorização para que as alíquotas internas sejam inferiores à alíquota interestadual	620
3.2.5.3. Definição das alíquotas do ICMS-Combustíveis	620
3.2.6. ICMS nas operações interestaduais	621

3.2.6.1.	Controvérsias sobre o DIFAL	623
3.2.7.	Imunidades	625
3.2.7.1.	Exportações	625
3.2.7.2.	Petróleo, lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, assim como energia elétrica	627
3.2.7.3.	Outras imunidades	629
3.2.8.	ICMS sobre combustíveis e lubrificantes	629
3.3.	Hipótese de incidência	630
3.4.	Base de cálculo	632
3.5.	Sujeito passivo	633
4.	IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	634
4.1.	Hipótese de incidência	636
4.2.	Base de cálculo	636

» Capítulo 19

IMPOSTOS MUNICIPAIS

1.	COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DOS MUNICÍPIOS	637
2.	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	637
2.1.	Disciplina constitucional	640
2.2.	Hipótese de incidência	641
2.3.	Base de cálculo	642
3.	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO <i>INTER VIVOS</i> , POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS	642
3.1.	Disciplina constitucional	644
3.2.	Hipótese de incidência	645
3.3.	Base de cálculo	645
4.	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	646
4.1.	Disciplina constitucional	649
4.2.	Hipótese de incidência	651
4.3.	Base de cálculo	653

» Capítulo 20

IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS (IBS) E CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS (CBS)

1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	655
2.	COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA PARA INSTITUIR A CBS E O IBS	656
3.	IDENTIDADE ESTRUTURAL ENTRE IBS E CBS	658
4.	REGIME CONSTITUCIONAL COMUM AO IBS/CBS	660
4.1.	Base econômica	660
4.2.	Princípio da neutralidade	661
4.3.	Imunidades	662
4.3.1.	Exportações	662
4.3.2.	Imunidade dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita	664
4.3.3.	Outras imunidades	664
4.4.	Legislação única/uniforme e o regime das alíquotas	665
4.5.	Não cumulatividade ampla, créditos de IBS/CBS e <i>split payment</i>	669
4.5.1.	A não cumulatividade na LC nº 214/2025	672
4.5.2.	Split payment	674
4.5.3.	Bens e serviços de uso e consumo pessoal	677
4.6.	Créditos de IBS/CBS nos casos de imunidade ou isenção	680
4.7.	Cálculo “por fora”	682
4.7.1.	Tributo sobre tributo durante a transição	683
4.8.	Restrição à criação de benefícios fiscais, regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação	683
4.8.1.	Avaliação quinquenal de custo-benefício	684
4.9.	Regimes específicos de tributação admitidos	686
4.9.1.	Combustíveis e lubrificantes	687
4.9.2.	Serviços financeiros, operações com bens imóveis, planos de assistência à saúde e concursos de prognósticos	689
4.9.3.	Cooperativas	690
4.9.4.	Hotelaria, parques de diversão e temáticos, agências de viagens e turismo, bares e restaurantes, atividades esportivas e aviação regional	691
4.9.5.	Operações alcançadas por tratado ou convenção internacional, inclusive referentes a missões diplomáticas, repartições consula- res, representações de organismos internacionais e respectivos funcionários acreditados	691

4.9.6. Serviços de transporte coletivo de passageiros rodoviário inter-municipal e interestadual, ferroviário e hidroviário	691
4.10. Regimes favorecidos de tributação admitidos	691
4.10.1. Tributação favorecida autorizada pelo art. 9º da Ec nº 132/2023	692
4.10.1.1. Alíquotas reduzidas	693
4.10.1.2. Isenção e crédito presumido	698
4.11. Cashback	700
4.11.1. Regulamentação legal	701
4.12. Sujeição passiva	705
4.13. Desoneração da aquisição de bens de capital	705
4.14. Regimes aduaneiros especiais e zonas de processamento de exportação	706
4.15. Compras governamentais	707
5. REGIME JURÍDICO DO IBS	708
5.1. Tributação “no destino”	708
5.2. Comitê Gestor	710
5.2.1. Composição e funcionamento	714
5.3. Distribuição dos valores arrecadados	715
6. REGIME JURÍDICO DA CBS	716
7. REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA	718
7.1. Hipótese de incidência	718
7.1.1. Operações não onerosas	720
7.1.2. Incidência simultânea com o ITCMD e o ITBI	721
7.1.3. Momento da ocorrência do fato gerador	721
7.2. Base de cálculo	722
7.3. Sujeitos passivos	723
7.3.1. Responsáveis	726
7.3.1.1. Responsabilidade das plataformas digitais	727
7.4. Local da operação	731
7.5. IBS/CBS-Importação	731
7.5.1. Bem imaterial, inclusive direitos, ou serviços	732
7.5.2. Bem material	733

8.	PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO	734
9.	HARMONIZAÇÃO ENTRE IBS E CBS	735
10.	DISTRIBUIÇÃO DOS VALORES ARRECADADOS	739

» Capítulo 21

REPARTIÇÃO DE RECEITAS

1.	NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	741
2.	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS	742
3.	TRANSFERÊNCIAS INDIRETAS	747
3.1.	Compensação assecuratória contra diminuição dos valores repartidos	748
4.	GARANTIAS DE REPASSE	749
5.	REPARTIÇÃO DE RECEITAS E RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS PELO ENTE COMPETENTE PARA INSTITUIR O TRIBUTOS	750

» Capítulo 22

SIMPLES NACIONAL

1.	TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	753
2.	O QUE É O SIMPLES NACIONAL?	754
3.	DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ENQUADRAMENTO E DESENQUADRAMENTO	755
4.	VEDAÇÕES	758
5.	OPÇÃO E EXCLUSÃO	761
6.	TRIBUTOS INCLUÍDOS E NÃO INCLUÍDOS	763
7.	REFORMA TRIBUTÁRIA E O SIMPLES NACIONAL	766
8.	REGRAS ESPECÍFICAS PARA ALGUNS TRIBUTOS	769
8.1.	Imposto de renda	769
8.2.	ISS e ICMS	770
9.	MONOFASIA, SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA E EXPORTAÇÃO	771
10.	IMUNIDADES E O SIMPLES NACIONAL	772
11.	TRIBUTAÇÃO NO SIMPLES E REPARTIÇÃO DAS RECEITAS	772

12. MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E O RECOLHIMENTO DE VALORES FIXOS	773
13. OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS NO SIMPLES NACIONAL	775
14. DOMICÍLIO ELETRÔNICO OBRIGATÓRIO	777
15. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL E PROCESSO JUDICIAL	777
16. GESTÃO DO SIMPLES NACIONAL	778

REFERÊNCIAS	781
--------------------------	------------